

# AVALIAÇÃO SIMULADA

**2025**  
**5º Semestre**

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui  
Rua Antônio Simões, 04 - Birigui/SP  
18 3649-2200  
[www.fateb.br](http://www.fateb.br)

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI		
<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> 5º semestre	<b>Data</b> 16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A avaliação é individual</li><li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li><li>- Não é permitida nenhuma consulta</li><li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li><li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li><li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li></ul>		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	Processo Penal I
Professor	Dr. Paulo Arthur Germano Rigamonte

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

Assinatura do(a) acadêmico(a)

**Questão 01.** A autoridade policial indiciou Gregório pelo crime de injúria racial praticado em face de Tomás. Os autos do inquérito foram remetidos ao Ministério Público, que, como titular do direito de ação penal, entendeu diversamente e promoveu o arquivamento da investigação em razão da falta de justa causa para o exercício da ação, comunicando à vítima, ao investigado, à autoridade policial e ao juízo. Nesse cenário, é correto afirmar que poderá:

- a) a autoridade policial remeter os autos ao procurador-geral de Justiça para revisão do arquivamento, caso o Ministério Público não se retrate;
- b) o juiz, discordando do Ministério Público, oferecer de ofício acordo de não persecução penal a Gregório, se este for primário e de bons antecedentes;
- c) a autoridade policial desarquivar e dar continuidade à investigação, caso o Ministério Público não se retrate no prazo de 30 dias;
- d) a vítima, não concordando, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.

**Questão 02.** Jonas, recém-empossado no cargo de investigador de polícia, durante o curso de formação realizado na Academia de Polícia, participou de diversas palestras que tinham o *inquérito policial* como tema. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, inclusive se tiver notícia de outras provas. ( )
- b) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia. ( )
- c) autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos de inquérito. ( )

As afirmativas são, respectivamente.

- a) V – F – V.
- b) F – V – F.
- c) V – V – F.
- d) F – V – V.

**Questão 03.** João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- a) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- b) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- c) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- d) de ofício pela autoridade policial.

**Questão 04.** Em relação ao sistema adotado pelo Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Adotou-se o Sistema Inquisitório, sem qualquer possibilidade de participação da Defesa do investigado durante o inquérito policial.
- b) Adotou-se o Sistema Acusatório, segundo o art. 3º-A do CPP.
- c) Adotou-se o Sistema Misto, admitindo-se a participação da Defesa apenas durante o processo penal.
- d) Adotou-se o Sistema Acusatório Puro, sendo obrigada a nomeação de Defensor para acompanhar os autos de inquérito policial, sob pena de nulidade absoluta.

**Questão 05.** Sobre o Juízo das Garantias, assinale a única alternativa que não possui uma competência atribuída pelo CPP:

- a) julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia contra ato da autoridade policial;

- b) determinar a instauração de incidente de insanidade mental;
- c) decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa, nos termos do art. 399 deste Código;
- d) conduzir a audiência de instrução, debates e julgamento no rito comum ordinário.

**Questão 06.** Assinale a alternativa incorreta acerca dos prazos para a finalização do inquérito policial, segundo a legislação brasileira:

- a) No rito comum e em ritos especiais: 30 dias para investigado solto, prorrogável por 30 dias e mais de uma vez; e 10 dias para investigado preso, prorrogável por 15 dias uma só vez.
- b) No rito da Lei de Drogas: 90 dias para investigado solto, prorrogável por mais 90 dias; e 30 dias para investigado preso, prorrogável por 30 dias.
- c) No âmbito da Justiça Federal: 30 dias para investigado solto, sem prorrogação; 15 dias para investigado preso, prorrogável por 15 dias uma só vez.
- d) No âmbito da Lei dos Crimes contra a Economia Popular: 5 dias, independente de investigado solto ou preso, e sem prorrogação.

**Questão 07.** João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- a) oficiosidade do inquérito policial.
- b) confidencialidade do inquérito policial;
- c) indisponibilidade do inquérito policial;
- d) discricionariedade do inquérito policial.

**Questão 08.** Nos termos da legislação processual vigente, em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) a polícia judiciária será exercida pelo Ministério Público e pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- b) a polícia judiciária será exercida pelas Forças Armadas no Distrito Federal e pela Polícia Civil nos Estados.
- c) a polícia judiciária será exercida por juízes especificamente designados no âmbito de cada Tribunal.
- d) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.

**Questão 09.** Miguel, empresário, sofreu crime de ação penal pública condicionada à representação. Nessa hipótese, o inquérito policial destinado à investigação do referido delito, deverá ser iniciado:

- a) por requisição do juiz;
- b) de ofício pela autoridade policial;
- c) mediante representação de Miguel;
- d) por requisição do ministro da Justiça.

**Questão 10.** Assinale a única alternativa que não contém uma possibilidade da Acusação ao lhe ser entregue os autos de inquérito policial relatado apurando crime de ação penal pública:

- a) Oferecer denúncia.
- b) Deixar de oferecer denúncia em razão de inimizabilidade por doença mental.
- c) Requisitar novas diligências.
- d) Promover o arquivamento.

 <p><b>FATEB</b> FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> 5º semestre	<b>Data</b> 16/06/2025	
<b>Nome do aluno</b>		<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

<b>Disciplina</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b>
<b>Professor</b>	<b>GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE</b>

<b><u>Gabarito de respostas</u></b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**1) No rito ordinário de uma ação trabalhista normal, cada uma das partes:**

- a) só poderá indicar duas testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- b) não poderá indicar mais de três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- c) poderá indicar até cinco testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento após a devida intimação.
- d) poderá indicar até dez testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento após a devida intimação.

**2) Margarida está demandando na Justiça do Trabalho em face do seu ex-empregador, o Posto de Combustíveis Atalaia, estando assistida por advogado do sindicato dos empregados em postos de combustíveis. Na hipótese de procedência dos pedidos, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,**

- a) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 15% e o máximo de 30% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- b) não caberá condenação em honorários de sucumbência, eis que a mesma é restrita na hipótese de contratação de advogado particular, ficando a remuneração limitada apenas aos honorários contratados, em percentual de no mínimo 5% e no máximo de 15%.
- c) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- d) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

**3) Lucimar ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador, uma sociedade empresária que explora o ramo de frutas industrializadas. O processo foi distribuído para a 10ª Vara do Trabalho de Chapadinha/MA, sendo designada audiência una. Assinale, de acordo com a CLT, a opção que contempla, respectivamente, o prazo mínimo que deve ser respeitado entre a citação e a realização da audiência, bem como o primeiro ato processual que, aberta a audiência, deverá ocorrer.**

- a) 10 dias e apresentação de memoriais.
- b) 5 dias e tentativa de conciliação.
- c) 15 dias e instrução.
- d) 8 dias e apresentação da resposta.

**4) A audiência UNA será realizada nas causas:**

- a) Inferiores a dois salários mínimos.
- b) Inferiores a um salário mínimo e superiores a duzentos reais.
- c) Superiores a cinquenta salários mínimos e inferiores a cem salários mínimos.
- d) Superiores a dois salários mínimos e inferiores a quarenta salários mínimos.

**5) Podem prestar depoimento durante a audiência trabalhista na condição de testemunha:**

- a) os cônjuges.
- b) os cegos.
- c) os interessados no litígio.
- d) as crianças.

**6) Em relação às audiências no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:**

- a) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação e, não se realizando esta, será proferida a decisão.
- b) Se, até 30 minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- c) O juiz do trabalho deve manter a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem, pois a sala de audiência é local público.
- d) A audiência de julgamento será contínua, não se admitindo, em nenhum caso, concluí-la em outro dia.

**7) Quanto a petição inicial trabalhista assinale a alternativa incorreta:**

- a) Deverá conter breve exposição fática;
- b) Deverá conter pedido genérico e abstrato.
- c) Deverá possuir endereçamento.
- d) Deverá conter a procedência da ação.

**8) Quanto a defesa no processo trabalhista, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Poderá ser apresentada oralmente ou por escrito.
- b) Poderá ser apresentado oralmente no prazo de 20 minutos.
- c) Nos termos da CLT deverá ser apresentada no prazo de 10 dias contados do recebimento da Notificação.
- d) Poderá ser apresentada diretamente pela parte sem a presença de advogado.

**9) Assinale a alternativa incorreta quanto a prova pericial no processo trabalhista:**

- a) O juiz está vinculado ao resultado do laudo pericial para proferir sua sentença.
- b) As perícias são modalidades probatórias que existem no processo trabalhista.
- c) As partes poderão nomear assistente técnico no prazo de 05 dias.
- d) A perícia médica é necessária para apuração da capacidade laborativa do trabalhador.

**10) Quanto a contradita da testemunha, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Poderá ser alegada pela parte, após a qualificação da testemunha e antes de seu compromisso.
- b) Poderá ser contraditada por suspeição caso seja a testemunha amigo íntimo das partes.
- c) Ocorre em audiência.
- d) É impedida de depor a testemunha que for parente até 4º. Grau da parte.

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI		
<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> 5º semestre	<b>Data</b> 16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A avaliação é individual</li><li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li><li>- Não é permitida nenhuma consulta</li><li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li><li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li><li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li></ul>	<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

Disciplina	Direito Administrativo
Professor	Dra. Sabrina Bellorti de Andrade Berne

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**



## **SIMULADO 1º SEMESTRE**

1. (OAB – FGV – 2025) O Estado *Beta*, após os devidos trâmites, promoveu a concessão de serviços de sua competência para a sociedade empresária *Servicaos*. Em decorrência do descumprimento de algumas cláusulas contratuais que estão impactando a qualidade da atividade delegada, o poder concedente editou um decreto, contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, a fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Em razão disso, a sociedade empresária *Servicaos* procura você, na condição de advogado(a), a fim de obter esclarecimentos acerca da validade e dos desdobramentos da medida adotada. Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto a ser prestado.

- A) A medida é nula, pois não poderia se materializar por meio de decreto, na medida em que o Poder Concedente deveria ter editado uma lei autorizativa para tal finalidade.
- B) Após o devido processo administrativo, a constatação de inexecução do contrato deve ensejar sua extinção, constituindo causa justificadora da encampação, que independe do interesse público.
- C) O Poder Concedente, declarada a intervenção, deverá, no prazo de 30 dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar as responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- D) A administração do serviço, cessada a intervenção e caso não seja extinta a concessão, será devolvida à concessionária, independentemente da prestação de contas do interventor, na medida em que este não responde pelos atos por ele praticados na vigência da medida.

2. (OAB – FGV – 2024) A sociedade empresária *Sabiá* tomou conhecimento de um edital de licitação elaborado pelo Município *Alfa* para promover a permissão de determinado serviço público de competência local, razão pela qual procura sua assessoria jurídica, a fim de dirimir algumas dúvidas acerca da mencionada modalidade de delegação. Acerca das peculiaridades da permissão de serviços públicos, à luz do disposto na CRFB/88 e na Lei nº 8.987/95, assinale a afirmativa correta.

- A) A modalidade licitatória deverá ser necessariamente aquela designada como diálogo competitivo.
- B) Não é necessária a realização de licitação para a formalização da delegação pretendida pelo Município *Alfa*.
- C) É necessária a constituição de uma sociedade de propósito específico para a formalização do respectivo contrato.
- D) A delegação pretendida poderá ser realizada para pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para a prestação do serviço por sua conta e risco.

3. (OAB – FGV – 2023) Após inúmeras tentativas de obter transparência e sanar constantes problemas na prestação de determinado serviço público federal junto à concessionária, Felipe decidiu apresentar manifestação perante a Ouvidoria da Administração Pública, para informar e buscar solução para recorrentes vícios que comprometem a realização adequada da atividade, o que considera violar os princípios da regularidade, continuidade e efetividade. Sobre a hipótese narrada, considerando os direitos dos usuários de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) A Administração não pode exigir a apresentação de motivos determinantes da manifestação de Felipe perante a Ouvidoria.
- B) Felipe não pode provocar a via administrativa por meio de manifestação, considerando que o serviço público é atividade econômica submetida à livre iniciativa.
- C) A manifestação de Felipe é inócua, na medida em que a Administração não pode exigir da concessionária o respeito aos princípios que ele considera violados.
- D) A Administração deve recusar o recebimento da manifestação de Felipe, caso sua identificação não atenda às exigências determinadas pelo órgão, mesmo que estas possam vir a inviabilizar a sua manifestação.

4. (OAB – FGV – 2021) Município Alfa pretende formalizar uma parceria público-privada para a realização de obras, instalação de postes e prestação de serviços de iluminação pública. A contraprestação da concessionária vencedora da licitação seria inteiramente custeada pela Administração Pública local, mediante ordem bancária e por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais do município. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A contratação almejada não é possível, porque o ordenamento não admite que a Administração arque com o custeio integral de parceria público-privada.
- B) A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais não é contraprestação admissível para a formalização da parceria.
- C) O Município Alfa deveria utilizar-se de concessão administrativa para a formalização da contratação pretendida.
- D) A natureza individual (*uti singuli*) do serviço em questão exige a cobrança de tarifa do usuário para a realização da parceria público-privada almejada.

5. (OAB – FGV – 2020) O Município Beta concedeu a execução do serviço público de veículos leves sobre trilhos e, ao verificar que a concessionária não estava cumprindo adequadamente as obrigações determinadas no respectivo contrato, considerou tomar as providências cabíveis para a regularização das atividades em favor dos usuários. Nesse Caso,

- A) impõe-se a encampação, mediante a retomada do serviço pelo Município Beta, sem o pagamento de indenização.
- B) a hipótese é de caducidade a ser declarada pelo Município Beta, mediante decreto, que independe da verificação prévia da inadimplência da concessionária.
- C) cabe a revogação do contrato administrativo pelo Município Beta, diante da discricionariedade e precariedade da concessão, formalizada por mero ato administrativo.
- D) é possível a intervenção do Município Beta na concessão, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, por decreto do poder concedente, que conterá designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da medida.

6. (OAB – FGV – 2024) Após o devido procedimento licitatório, foi formalizado com a sociedade empresária *Esperta* determinado contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo certo que, no curso do contrato, a contratada, ou seja, a sociedade *Esperta*, inadimpliu com diversos encargos previdenciários e trabalhistas, decorrentes da aludida

avença.

Em razão disso, a Administração contratante consultou a respectiva assessoria jurídica para dirimir as dúvidas atinentes à responsabilização do Poder Público e/ou as condutas que poderiam ser adotadas na situação descrita, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021. Assinale a opção que apresenta a informação correta a ser prestada pela assessoria jurídica.

- A) Somente a Administração Pública será objetivamente responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da mencionada inexecução do contrato.
- B) Com relação aos encargos previdenciários, a responsabilização da Administração é subsidiária, desde que comprovada a falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- C) A fiscalização por parte da Administração contratante exime o contratado de responsabilidade, tanto com relação aos encargos trabalhistas quanto no que concerne aos previdenciários.
- D) A Administração contratante, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado.

7. (OAB – FGV – 2024) O Município *Delta* procurou o Escritório *Alfa* com a intenção de contratá-lo para prestar serviços especializados de consultoria e auditoria financeira, de natureza predominantemente técnica, diante de sua notória especialização na área. Na reunião realizada entre os representantes do escritório e do município, o Procurador do Município *Delta* consignou

que, para formalizar o mencionado negócio jurídico, pretende formalizar uma contratação direta, ou seja, sem a necessidade de realizar uma licitação sob o regime jurídico da nova lei de licitações. Sobre a hipótese, na qualidade de advogado(a) do *Escritório Alfa*, consoante dispõe a Lei nº 14.133/21, assinale a afirmativa correta.

A) A licitação não é exigível, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária cujo conceito, decorrente de estudos, desempenho anterior, publicações, organização, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

B) A licitação na modalidade concurso é necessária, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária que possa prestar o serviço em situação emergencial para manter a continuidade do serviço público, observados os valores praticados pelo mercado.

C) A licitação pode ser dispensada, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária apta a prestar serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

D) A licitação na modalidade diálogo competitivo é necessária, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária que tenha sido contratada anteriormente pelo poder público, com prestação de contas aprovada pelo Tribunal de Contas, permitindo inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

8. (OAB – FGV – 2023) A Secretaria de Fazenda do Estado *Alfa* acabou de adquirir novos computadores, que substituíram os antigos equipamentos que serviam aos agentes públicos lotados no órgão. Sendo assim, os antigos equipamentos, que ainda funcionam, estão sem qualquer utilidade na pasta, razão pela qual o Secretário de Fazenda instaurou processo administrativo, visando à sua alienação. No bojo do citado processo, ficou consignada a existência de interesse público devidamente justificado para a alienação dos equipamentos, assim como já foi realizada sua avaliação. A sociedade empresária *Sigma* possui interesse em adquirir os computadores e, em consulta a seu advogado, foi informada de que, consoante dispõe a Lei nº 14.133/21, a alienação desses bens da Secretaria de Fazenda do Estado *Alfa*, em regra,

A) dependerá de licitação na modalidade leilão.

B) exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade concorrência.

C) será promovida mediante inexigibilidade de licitação, observados o interesse social e os critérios de oportunidade e conveniência.

D) deverá ocorrer mediante prévia licitação, em modalidade compatível com o valor da avaliação dos equipamentos.

9. (OAB – FGV – 2023) O pequeno Município *Alfa*, situado no interior do Estado *Beta*, enfrenta grave problema de abastecimento de água potável, pois não há fornecimento de água encanada para determinada região da cidade, por dificuldades técnicas. Visando à resolução para a questão juntamente com a iniciativa privada, o Município *Alfa* pretende, mediante licitação, contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica, sendo imprescindível a adaptação de soluções disponíveis no mercado. Atualmente, verifica-se a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração, razão pela qual é preciso o prévio debate com o setor privado, para se definirem e se identificarem os meios e as alternativas que possam satisfazer as necessidades da administração municipal. Ao tomar conhecimento de que o Município *Alfa* pretende realizar licitação nas condições narradas, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades da forma mais adequada, dada a complexidade da questão local de abastecimento de água, a sociedade empresária *Delta* se interessou em participar do certame. Como advogado(a) da sociedade empresária, você informou à diretoria que, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a modalidade de licitação mais adequada diante da realidade fática descrita, é o(a)

A) concorrência, que é mais abrangente, seja do ponto de vista do valor do contrato, seja por contemplar variados objetos.

B) leilão, em que serão admitidos como licitantes todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

- C) concurso, no qual o poder público municipal não poderá revelar a outros licitantes as soluções técnicas propostas por um concorrente.
- D) diálogo competitivo, em que os licitantes devem apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

10. (OAB – FGV – 2022) Com vistas a atender a relevante interesse social e coletivo, o Estado Alfa decidiu criar uma sociedade de economia mista para o desempenho de atividade econômica de sua competência. Após os devidos trâmites para a criação de tal pessoa jurídica, designada de *Empreendere*, verificou-se a necessidade da contratação de pessoal para que a entidade administrativa pudesse desempenhar suas atividades. Considerando a situação delimitada, assinale a afirmativa correta.

- A) Por desempenhar atividade econômica, não há necessidade de *Empreendere* realizar concurso público para a contratação de pessoal.
- B) Por se tratar de pessoa jurídica de direito privado, a criação de *Empreendere* não depende de autorização legislativa.
- C) O regime de pessoal a ser adotado por *Empreendere* será o de emprego público, ou seja, o regime celetista.
- D) *Empreendere* é uma pessoa jurídica de direito público, cuja criação decorre diretamente da lei, independentemente do registro dos atos constitutivos.

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI			
Curso <b>BACHAREL EM DIREITO</b>	Turma/Semestre <b>5º semestre</b>	Data <b>16/06/2025</b>	
Nome do aluno		R.A.	Nota da Avaliação
<b>Orientações</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A avaliação é individual</li><li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li><li>- Não é permitida nenhuma consulta</li><li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li><li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li><li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li></ul>		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

Disciplina	Direito Processual Civil III
Professor	Dr. Claudinei J. Göttems

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

Questão 01. João, um empresário, firmou um contrato de financiamento com o Banco XYZ para expandir seu negócio. Como parte do acordo, os amigos de João, Alberto e Roberto, assinaram o contrato como fiadores solidários. Com dificuldades financeiras, João deixou de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de financiamento, e o Banco XYZ propôs ação contra Alberto, cobrando integralmente a dívida. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Alberto.

- A) pode requerer o chamamento ao processo de João e de Roberto, para que a dívida seja apurada conjuntamente entre todos os devedores solidários;
- B) deverá requerer a citação de João e Roberto diretamente ao Banco XYZ, uma vez que o chamamento ao processo deve ser requerido pelo autor da ação;
- C) deve contestar a ação sem incluir João ou Roberto, uma vez que a inclusão de terceiros no processo só seria possível se houvesse concordância do Banco XYZ;
- D) não pode requerer o chamamento ao processo, uma vez que esse instituto se aplica apenas em ações nas quais o réu é um devedor principal, e não um fiador.

Questão 02. O direito de ação submete-se a regras processuais e ao cumprimento de requisitos para apreciação do mérito. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação

- A) a legitimidade *ad causam* e o interesse de agir;
- B) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade *ad causam* e o interesse de agir;
- C) o interesse de agir e o juízo competente;
- D) a capacidade postulatória e a legitimidade *ad causam*;

Questão 03. Marcela, com 17 anos, move ação de alimentos contra seu genitor, Daniel. Marcela é assistida por sua mãe, Joana e terá Fábio como advogado. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- A) Na hipótese de falecimento de Marcela no curso da ação, sua mãe, Joana, será a sua sucessora processual, adquirindo capacidade postulatória;
- B) Fábio tem capacidade postulatória e legitimidade ativa “*ad causam*”;
- C) Marcela tinha capacidade de ser parte, mas não tinha capacidade de estar em juízo;
- D) Joana tem legitimidade ativa, mas não possui capacidade para estar em juízo.

Questão 04. Imagine que uma pessoa jurídica celebre com uma operadora de planos de saúde contrato cujo objeto seja assegurar assistência médica e hospitalar a seus empregados e dependentes e este contrato inclua cláusula que autoriza a pessoa jurídica a demandar, em nome próprio, na defesa dos direitos dos seus empregados e dependentes. Sobre esta situação hipotética, é correto afirmar que, caso um dos beneficiários tenha negado para si, pelo plano de saúde, tratamento médico específico, contrariamente ao que disciplina o contrato,

- A) carecerá este beneficiário de direito de agir em juízo contra a operadora do plano de saúde, considerando-se que tal direito pertence à pessoa jurídica que celebrou o contrato;
- B) a cláusula é nula, pois será considerada abusiva, na medida em que não se autoriza o estabelecimento de regras processuais em negócio jurídico desta natureza;
- C) a pessoa jurídica contratante estará legitimada extraordinariamente, em razão do chamado negócio processual estabelecido, a ajuizar demanda em face da operadora do plano de saúde;
- D) se a pessoa jurídica resolver ajuizar demanda em face da operadora para fins de pleitear o direito dos beneficiários, tratar-se-á de caso de legitimidade processual ordinária.

Questão 05. Sobre a citação no processo civil, assinale a alternativa correta:

- A) A ausência de citação válida não impede a formação da relação jurídica processual, podendo ser suprida por comparecimento espontâneo do réu;
- B) A citação por edital deve ser preferencialmente utilizada em detrimento das demais modalidades, dada sua celeridade;



- C) A citação é válida mesmo que realizada em comarca diversa daquela em que reside o réu, desde que expedida por carta precatória;
- D) A citação válida é requisito essencial para a constituição válida do processo, salvo quando houver comparecimento espontâneo do réu, hipótese em que se dispensa a formalidade.

Questão 06. Fábio propôs ação de obrigação de fazer contra Tiago. A citação foi enviada via correio ao endereço informado na inicial, localizado em um condomínio residencial com controle de acesso. O carteiro, ao chegar ao local, entregou a correspondência de citação ao funcionário da portaria, o qual assinou o Aviso de Recebimento (AR), confirmando que Tiago residia no local. O juiz considerou válida a citação e deu seguimento ao processo. Tiago, posteriormente, alegou nulidade da citação, sob o argumento de que não recebeu pessoalmente a correspondência. Com base no CPC/2015 e na jurisprudência atual, assinale a alternativa correta:

- A) A citação é inválida, pois a entrega do AR deve ser feita exclusivamente ao destinatário ou a parente próximo;
- B) A citação é nula, pois não houve certidão do oficial de justiça confirmando a entrega da citação;
- C) A citação é válida, pois foi entregue a funcionário da portaria do condomínio, conforme autorizado expressamente pelo art. 248, § 4º, do CPC;
- D) A citação é inválida, salvo se o porteiro tiver procuração expressa do citando para o recebimento de correspondências judiciais.

Questão 07. Carlos, com 17 anos de idade, foi réu em uma ação de cobrança. A citação foi expedida pelo correio e recebida diretamente no endereço de sua residência, sem observância da representação legal. Após o decurso do prazo para contestação, o pai de Carlos, seu representante legal, tomou conhecimento da ação e ingressou nos autos requerendo a nulidade da citação, sem, contudo, apresentar qualquer defesa de mérito. Sessenta dias após o ingresso do representante, o juízo proferiu decisão reconhecendo a nulidade da citação. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

- A) A defesa do réu poderá ser oferecida após o reconhecimento da nulidade da citação, pois sua nulidade implica na necessidade de novação do ato citatório;
- B) O comparecimento espontâneo do representante legal não supre o vício da citação, sendo irrelevante para fins processuais;
- C) A ausência de contestação impede a estabilização da nulidade, permitindo o exercício da ampla defesa em qualquer tempo;
- D) O comparecimento espontâneo do representante legal, sem apresentação de defesa, não impede o reconhecimento da nulidade da citação, mas a inércia por mais de 60 dias implica preclusão e estabiliza os efeitos da citação, nos termos do art. 239, §2º do CPC.

Questão 08. Nos termos do Código de Processo Civil, o pedido formulado pelo autor na petição inicial deve ser certo e determinado, salvo as hipóteses legais que autorizam o pedido genérico. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta:

- A) O pedido genérico é admitido quando o autor pretender apenas a condenação ao pagamento de quantia certa, dispensando-se a especificação do valor na inicial;
- B) O pedido será considerado certo e determinado ainda que o autor deixe de indicar os bens almejados com a ação, desde que faça menção genérica à reparação do dano moral;
- C) O pedido genérico é admissível quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, além de outras exceções legais;
- D) A lei processual veda expressamente qualquer tipo de pedido genérico, mesmo em ações que envolvam obrigações de fazer, sob pena de inépcia da inicial.

Questão 09. Durante o trâmite de uma ação de cobrança fundada em contrato escrito, o réu apresentou contestação, mas não alegou a existência de cláusula compromissória de arbitragem prevista no referido contrato. O processo seguiu seu curso regular até a sentença. Sobre os efeitos da omissão do réu quanto à cláusula arbitral, assinale a alternativa correta:

- A) A existência da cláusula compromissória deve ser alegada como matéria preliminar de contestação, sob pena de preclusão;
- B) A cláusula compromissória impede o juiz de conhecer da causa, mesmo que nenhuma das partes a alegue, pois trata-se de matéria de ordem pública;
- C) A omissão da parte ré em alegar a existência da cláusula de arbitragem na primeira oportunidade configura aceitação da jurisdição estatal e implica preclusão;
- D) A existência da cláusula compromissória de juízo arbitral pode ser alegada a qualquer momento processual, porém, antes de ser proferida sentença.

Questão 10. As matérias previstas no artigo 337, do Código de Processo Civil, podem ser conhecidas de ofício pelo juiz, exceto:

- A) litispendência
- B) incompetência absoluta
- C) incompetência relativa
- D) inépcia da petição inicial



 <p><b>FATEB</b> FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> 5º semestre	<b>Data</b> 16/06/2025	
<b>Nome do aluno</b>		<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

<b>Disciplina</b>	<b>Direito Civil V</b>
<b>Professor</b>	<b>Emerson Clairton</b>

<b><u>Gabarito de respostas</u></b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**1. Segundo o Código Civil, considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.**

- A) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto
- B) É justa a posse que não for violenta, mas seja clandestina ou precária
- C) É de má-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa
- D) A posse é personalíssima e não pode ser transferida a terceiros, mesmo que sejam herdeiros

**2. Assinale a alternativa correta sobre os institutos da detenção, da posse e da propriedade.**

- A) A detenção de bem imóvel não gera ao detentor a possibilidade de aquisição pela via da usucapião.
- B) O perigo público iminente não constitui fundamento suficiente para privar o proprietário de seu bem.
- C) O possuidor sem justo título tem por si a presunção de má-fé.
- D) No direito de vizinhança, quando houver interferência ao sossego justificada por interesse público, o vizinho prejudicado não tem direito a indenização.
- E) O possuidor turbado não poderá valer-se de sua própria força para preservar sua posse, em razão da vedação à autotutela.

**3. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da disciplina da posse no Código Civil.**

- A) Considera-se possuidor todo aquele que tem, de direito, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- B) O possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação, mantido no caso de esbulho, e segurado no caso de violência iminente.
- C) O sucessor singular continua, de direito, a posse do seu antecessor, e ao sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor.
- D) O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.

**4. Daniel mora e é proprietário de um único apartamento, localizado em um grande condomínio, com direito a uma vaga de garagem. Ele mora sozinho e este imóvel é seu único bem. O apartamento está devidamente registrado em seu nome no RGI, com matrícula 12345-1234. A vaga de garagem também consta devidamente registrada em seu nome, com número 5432-1236. Tudo conforme a lei determina. Daniel sempre foi empresário, entretanto, em razão da pandemia que assolou o mundo em 2020, seus negócios caíram muito. Ele acabou adquirindo dívidas que não conseguiu honrar. Foi acionado judicialmente e está respondendo a algumas execuções. No final de 2022 foi surpreendido com a penhora do apartamento em que mora e da vaga de garagem. Baseado nos fatos acima narrados e na jurisprudência, é correto afirmar que:**

- A) O imóvel não pode ser penhorado por se enquadrar no conceito de bem de família. A vaga de garagem não pode ser penhorada, já que é bem vinculado ao imóvel;
- B) O imóvel pode ser penhorado já que não se enquadra no conceito de bem de família, haja vista que Daniel mora só. A vaga de garagem pode ser penhorada, de forma autônoma, por ter matrícula própria perante o RGI;
- C) O imóvel pode ser penhorado já que não se enquadra no conceito de bem de família, haja vista que Daniel mora só. A vaga de garagem não pode ser penhorada porque, apesar de possuir matrícula própria, é considerada área comum, não podendo sofrer restrição de forma autônoma;
- D) o imóvel não pode ser penhorado por se enquadrar no conceito de bem de família. A vaga de garagem pode ser penhorada, de forma autônoma, por ter matrícula própria perante o RGI;

**5. Sobre a posse, está INCORRETA a seguinte proposição:**

- A) Para a teoria clássica (ou subjetiva) de Savigny, é a vontade (*animus*) de possuir para si que origina a posse jurídica, e quem possui por outrem é mero detentor.
- B) Considera-se possuidor todo aquele que tem de direito o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- C) Para Ihering (teoria objetiva), a posse é a simples exteriorização da propriedade e dos poderes a ela inerentes, sendo possível, pois, existir sem que o possuidor tenha intenção de dono.
- D) Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.

**6. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto abaixo: Quem quer que ache coisa alheia perdida há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, diz o Art. 1.233 do código civil. Decorridos \_\_\_\_\_ dias da divulgação da notícia pela imprensa, ou do edital, não se apresentando quem comprove a propriedade sobre a coisa, será esta vendida em hasta pública e, deduzidas do preço as despesas, mais a recompensa do descobridor, pertencerá o remanescente ao Município em cuja circunscrição se deparou o objeto perdido.**

- A) 45.
- B) 90.
- C) 15.
- D) 60.

**7. Nos termos da legislação civil a respeito da aquisição de propriedade, assinale a alternativa correta.**

- A) A aquisição da propriedade pela usucapião se dá com a consumação do prazo definido em lei. Entretanto, sem o devido registro imobiliário, o novo proprietário não poderá arguir a prescrição aquisitiva em eventual ação possessória para defesa do imóvel objeto da usucapião.
- B) A demonstração de que a posse de determinado imóvel que se pretende usucapir tenha sido exercida em boa-fé é requisito essencial de todas as modalidades de usucapião.
- C) A usucapião denominada familiar exige o abandono do lar do coproprietário do imóvel que se pretende adquirir, importando em analisar a culpa pelo fim do casamento ou união estável e depende de divórcio ou dissolução da união havida.
- D) A prescrição aquisitiva extraordinária, que tem como prazo para sua constituição a posse do imóvel pelo prazo de quinze anos, é minorada para dez anos se o possuidor tiver respeitado a função social da propriedade, ou seja, tiver dado ao imóvel destinação de moradia ou nele realizado obras ou serviços produtivos.

**8. Considerada a hipótese de um dos herdeiros propor ação de usucapião objetivando usucapir imóvel objeto de herança, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STJ.**

- A) É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem de modo exclusivo, de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de quinze anos.
- B) É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem, de modo exclusivo ou não, mas de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de quinze anos.
- C) É inviável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros pois, a partir da abertura da sucessão, cria-se um condomínio *pro indiviso* sobre o acervo hereditário que perdura até a partilha da herança.
- D) É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem, de modo exclusivo ou não, mas de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de dez anos.

**9. José Leôncio e João Inocêncio, proprietários de fazendas vizinhas, apenas separadas pelo leito de um rio, sempre mantiveram uma relação pautada pelo respeito e pela cordialidade. No entanto, em 05 de novembro de 2022 ocorreu um forte temporal na região que, entre outras consequências, resultou no desprendimento de porção considerável de terra da fazenda de João Inocêncio, situada à margem direita do rio que faz divisa entre as fazendas, vindo a se juntar de forma natural e súbita, ao terreno de José Leôncio, sito à margem esquerda do rio. Diante do ocorrido, em 08 de novembro de 2023, João Inocêncio ajuizou ação em face de José Leôncio, na qual foi provado, por meio de perícia, que, em razão da tempestade, houve o desprendimento da porção de terra do autor e que essa veio a se juntar à propriedade do réu. Em razão da disputa judicial, cortaram relações.**

**Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.**

- A) Em razão da aluvião, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, não sendo devida qualquer indenização à João Inocêncio.
- B) Em razão da aluvião, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, mas deverá indenizar João Inocêncio.
- C) Em razão da avulsão, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, não sendo devida qualquer indenização a João Inocêncio.
- D) Em razão da avulsão, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, mas deverá indenizar João Inocêncio.

**10. Em conformidade com o art. 1.250 do Código Civil o conceito de aluvião é:**

A) Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.

B) O Aluvião que se forma em correntes comuns ou particulares pertence aos proprietários ribeirinhos fronteiros.

C) Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.

D) O Aluvião corrente pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham indenização os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso, entendendo-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo

 <p><b>FATEB</b> FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> 5º semestre	<b>Data</b> 16/06/2025	
<b>Nome do aluno</b>		<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

<b>Disciplina</b>	<b>DIREITO PENAL IV</b>
<b>Professor</b>	<b>Débora dos Santos Viana Rigamonte</b>

<b><u>Gabarito de respostas</u></b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**Questão 01.** Sobre a extorsão indireta, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se da conduta de obter para si ou para outrem vantagem econômica, mediante violência ou grave ameaça, obrigando alguém a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
- b) Consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a entregar coisa ou valor, sendo sempre necessário contato físico entre vítima e agente.
- c) Caracteriza-se pela exigência, sob ameaça de denúncia ou divulgação de fato cuja revelação possa expor alguém ao desprezo ou ao ridículo, de vantagem econômica indevida.
- d) Tipifica-se quando o agente, sem emprego de violência ou ameaça, se apropria de coisa alheia móvel para si.

**Questão 2.** Acerca do crime de dano, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de dano é considerado crime de perigo, pois basta a exposição do bem à situação de risco.
- b) O crime de dano consiste em inutilizar, deteriorar ou destruir coisa própria, desde que cause prejuízo a terceiro.
- c) O crime de dano, para ser punido, exige sempre a ocorrência de violência ou grave ameaça contra a pessoa.
- d) O crime de dano ocorre quando alguém destrói, inutiliza ou deteriora coisa alheia, sendo necessário, em regra, que haja dolo para sua configuração.

**Questão 3.** José, proprietário de uma loja de eletrônicos, destrói propositalmente grande parte do estoque de seu concorrente direto, objetivando obter vantagem no mercado e causando um prejuízo considerável à vítima. No caso narrado, como deve ser qualificado o crime praticado por José?

- a) Dano simples, já que não houve prejuízo elevado à vítima nem motivo egoístico.
- b) Dano qualificado, pois foi cometido por motivo egoístico e com prejuízo considerável para a vítima, conforme o artigo 163, parágrafo único, inciso IV, do Código Penal.
- c) Dano qualificado pelo uso de substância inflamável, conforme o artigo 163, parágrafo único, inciso I, do Código Penal.
- d) Dano culposos, pois está caracterizada a intenção de causar dano relevante ao concorrente.

**Questão 4.** Marcos, descontente com seu vizinho, atira gasolina na porta da garagem deste e ateia fogo, ocasionando a destruição do portão e prejudicando o funcionamento do imóvel. Sobre a conduta praticada por Marcos, assinale a alternativa correta quanto à tipificação penal:

- a) Marcos praticou o crime de dano qualificado, pois utilizou produto inflamável para destruir coisa alheia, conforme o artigo 163, parágrafo único, inciso II, do Código Penal.
- b) Marcos praticou o crime de dano simples, pois não houve ameaça à integridade física das pessoas.
- c) O crime praticado por Marcos configura incêndio doloso, não existindo relação com o crime de dano.
- d) A conduta de Marcos é atípica, pois o dano não foi causado com violência direta contra pessoa.

**Questão 5.** Leonardo, fingindo ser funcionário de uma empresa de telefonia, liga para diversas pessoas e, com conversa convincente, induz as vítimas a fornecerem dados de seus cartões de crédito. Com essas informações, Leonardo realiza compras em nome das vítimas, causando-lhes prejuízo financeiro. Nessa situação, Leonardo comete:

- a) Crime de furto, pois houve subtração de patrimônio alheio sem emprego de violência.
- b) Crime de extorsão, pois utilizou grave ameaça para obter vantagem econômica.
- c) Crime de estelionato, pois obteve vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo as vítimas em erro mediante fraude.
- d) Simples contravenção penal, pois não houve prejuízo patrimonial relevante.

**Questão 6.** Durante uma manifestação, Carlos pichou e quebrou janelas de um prédio pertencente à Prefeitura Municipal de sua cidade, causando prejuízo ao patrimônio público. Diante dessa situação, como será classificado o crime de dano praticado por Carlos?

- a) Dano simples, pois a vítima é a administração pública, e não um particular.
- b) Dano qualificado, pois o crime foi praticado contra o patrimônio do Município.
- c) Crime de desobediência, já que Carlos desacatou ordens da autoridade pública, quebrando o vidros.
- d) Dano culposo, pois não houve intenção de causar prejuízo relevante, uma vez que é livre a forma de se expressar por meio das frases de ordem pichadas.

**Questão 07.** João descobre que Maria, sua colega de trabalho, teve um envolvimento amoroso há alguns anos com uma pessoa casada. Sabendo que Maria teme que esse fato se torne público, João lhe envia uma mensagem exigindo R\$ 5.000,00 para não contar o caso a ninguém do escritório. Diante dessa situação, João comete:

- a) O crime de extorsão, pois se valeu de grave ameaça para obter vantagem econômica.
- b) O crime de chantagem, que não tem previsão no Código Penal brasileiro.
- c) O crime de extorsão indireta, caracterizado pela exigência de vantagem indevida sob a ameaça de divulgar fato capaz de expor alguém ao desprezo ou ridículo.
- d) Somente infração administrativa, pois não houve violência física.

**Questão 8.** João recebeu de Maria um laptop para que realizasse um reparo. Ao finalizar o serviço, João se recusa a devolver o bem, passando a usá-lo em benefício próprio. Nessa situação, João comete:

- a) Crime de furto, pois tomou o bem de Maria sem consentimento.
- b) Crime de estelionato, pois obteve vantagem por meio de fraude.
- c) Crime de receptação, pois adquiriu produto de crime de outrem.
- d) Crime de apropriação indébita, pois recebeu legitimamente o bem, mas apropriou-se dele como se fosse seu.

**Questão 9.** Carlos trabalha como tesoureiro em uma associação esportiva e, ao receber mensalidades dos associados, passa a utilizar parte do dinheiro para pagar dívidas pessoais, sem autorização. Com base nesse caso, assinale a alternativa correta:

- a) Carlos comete o crime de apropriação indébita, pois apropriou-se de valores em razão de emprego ou função, sem ser funcionário público.
- b) Carlos comete o crime de peculato, pois é funcionário público.
- c) Carlos comete o crime de furto, pois subtraiu os valores da associação.
- d) Carlos não cometeu crime, pois pretendia devolver o valor futuramente.

**Questão 10.** Leia os casos abaixo:

I. Paula entrega voluntariamente seu carro a Lucas para que ele o utilize por alguns dias durante uma viagem. Ao final do período, Lucas se recusa a devolver o veículo e passa a utilizá-lo como se fosse dele.

II. Bruno apresenta documentos e argumentos falsos para convencer Ana a lhe entregar dinheiro para uma suposta vaga de emprego que não existe, obtendo vantagem ilícita em prejuízo da vítima.

Com base nos conceitos de estelionato e apropriação indébita, assinale a alternativa correta:

- a) Nos dois casos há apropriação indébita, pois em ambos o agente tem a posse legítima do bem e se apropria dele indevidamente.
- b) O caso I configura estelionato, pois Lucas usou de fraude; o caso II configura apropriação indébita, pois Bruno teve posse legítima do dinheiro.
- c) O caso I não tipifica crime, pois houve consentimento; o caso II é estelionato, pois houve fraude.
- d) O caso I configura apropriação indébita, pois Lucas recebeu legitimamente a posse e depois apropriou-se indevidamente do carro; o caso II configura estelionato, pois Bruno, utilizando fraude, induziu a vítima em erro para obter vantagem ilícita.